

Alceu, Educador

Waldir Cauvilla*

Resumo

Este artigo discute como e porque Alceu Amoroso Lima, importante intelectual católico que influenciou gerações, pode ser considerado um educador. Partindo da questão "o que pode ser considerado um educador", percorre-se escritos do autor, como fonte, para relacioná-los a uma concepção que seja coerente com suas ideias. A análise de um artigo de Alceu publicado no ano de sua morte permite-nos a "ousadia" de afirmar que ler os artigos desse autor é educar-se.

Palavras-chave: conceito de educador, história da educação brasileira, século XX

Alceu, Educador

Abstract

This paper discusses how and why Alceu Amoroso Lima, an important catholic intellectual who had an influence on generations, can be considered an educator. From the question "what can be considered an educator", it browses the author's writings, using them as sources, to relate them to a conception consistent to his ideas. The analysis of one of Alceu's articles published in the year he died allow us to "dare" state that reading his articles is self-educative.

Keywords: concept of educator, history of education in Brazil, twentieth century

Das muitas marcas que ficam na memória brasileira a respeito de Alceu Amoroso Lima, talvez ainda permaneçam a de pensador e líder católico, a de crítico literário e a de intelectual, que desde os anos 1930 influenciou gerações de jovens católicos no Brasil e leitores de suas colunas dos jornais Diário de Notícias (até 1966), Folha de S. Paulo e Jornal do Brasil (até sua morte em 1983). Sem pertencer à política partidária, teve uma ação política marcante no período que ocupou cargos de alto nível na Liga Eleitoral Católica e na Ação Católica Brasileira, nos anos 1930 e parte dos anos 1940. E, mesmo, quando delas se desvinculou, nas décadas de 1950 a 1980, foi um dos mais atentos observadores e comentadores analistas da política mundial e nacional, como, com relação a esta, posicionou-se clara e firmemente em um dos períodos mais duros de nossa história.¹

Não obstante, Alceu posicionou-se diante de questões educacionais de nosso país. Costuma ser citado como **educador** em função de sua presença no campo da educação, particularmente nos anos 30, além de sua presença no Conselho Nacional de Educação e no Conselho Federal de Educação, durante 35 anos (1935-1969). Por este lado, já foi, aliás objeto de estudos acadêmicos².

Coloquemos uma questão que, à primeira vista, poderá parecer totalmente insólita ou até descabida: é possível, realmente, considerar Alceu um educador?

Na verdade a questão que se coloca é: o que é um educador?

Se considerarmos que alguém, exercendo o magistério, sendo um professor de alguma disciplina, é, assim, um educador, então, Alceu o foi, pelo menos, por ter ocupado a cadeira de Literatura Brasileira durante mais de vinte anos, em duas das mais importantes faculdades do país. E notemos que só não ficou mais tempo porque a legislação lhe impôs a aposentadoria por ter completado 70 anos de idade. E Alceu viveu mais **vinte** anos, produzindo durante todo esse tempo!

Se ocupar uma reitoria de Universidade converte seu ocupante em educador, então, Alceu também o é, por ter ocupado a reitoria da Universidade do Distrito Federal, ainda que por poucos meses, entre 1937 e 1938.

Se ser membro de um Conselho de Educação, converte-o em educador, então Alceu é um educador.

Mas podemos perceber que: a) um professor, mesmo sendo o melhor em sua disciplina, pode não ser, necessariamente, um educador, b) pode-se ocupar cargos na área da educação, como os supracitados, e não se ser um educador; c) e há a recíproca: de se ser um educador sem ocupar nenhuma das posições acima.

No caso, por exemplo, dos cargos administrativos citados, muitas vezes é uma motivação política que leva a sua ocupação e não a educacional propriamente dita.

Curiosamente, Alceu mesmo é um exemplo de tudo isso, particularmente no período em que ocupava cargos na Ação Católica Brasileira e era o braço direito de D. Sebastião

* Endereço eletrônico: wvilla@usp.br

Leme. Os concursos de que participou nos anos 32 e 33, disputando uma cátedra, respectivamente, com um marxista (Leônidas Resende) e com um socialista (Hermes Lima), sendo derrotado em ambos; sua entrada para a Academia Brasileira de Letras e para o Conselho Nacional de Educação, no mesmo ano de 1935; essas iniciativas tinham uma finalidade precipuamente política.

Seu combate aos “pioneiros da educação nova”, sua nomeação à reitoria da UDF, também tinham essa característica política.

Pelo menos com relação aos concursos acima referidos temos um testemunho do próprio Alceu:

“(...) tentei o magistério superior em três concursos quase sucessivos. Ai, porém, parece que eram outros os desígnios do Plano divino e o fiasco completo, cujas razões não é dado a mim julgar e muito menos comentar de público, tem vindo até hoje mostrar a outros, mais capazes, a necessidade de investir, sem desânimo, contra o baluarte vermelho em que se vão transformando os nossos meios pedagógicos superiores”. (Lima, A. A., 1936, p. 22; grifo nosso).

Quanto ao episódio da reitoria, temos de argumentar com o que os advogados chamam de “provas circunstanciais”, como, por exemplo, as cartas de Alceu ao Ministro da Educação, Gustavo Capanema, publicadas por Simon Schwartzman em seu Tempo de Capanema (v. Schwartzman, S., 1984, pp. 333-338, 341-343).

Para não perdemos a chance, já que tocamos no assunto, nos permitimos perguntar: será que não foi por causa dessas “missões”, “exigidas” pela sua condição de católico “preso” às Instituições, que mais tarde, quando Alceu estava desvinculado das mesmas, sendo um católico (nos seja permitida a expressão) “freelancer”, ele recusará convites para cargos semelhantes? Em suas **Memórias Improvisadas**, pelo menos, Alceu lembra sua recusa a candidatar-se a senador pela UDN nas eleições de 1945 (ainda que ele apoiasse o candidato do partido à presidência da República); como teria também recusado o convite para ser Ministro da Educação, no Governo Café Filho.

História não é apenas relato de fatos (aliás, o que é um “fato”?)... mas principalmente, interpretação de fatos. Já escrevia Dewey (1938, p.239):

“A História não pode escapar a seu próprio processo e sempre será, portanto,

reescrita. ‘A medida que surge um novo presente, o passado se torna o passado de um presente diferente’”.

Assim, ficamos livres para interpretar a ação de Alceu...

Bem, até aqui, do que se disse acima, parece que a conclusão será ser professor, reitor ou conselheiro não torna ninguém educador; se Alceu é considerado educador só por ter ocupado aquelas posições, podemos, então, dizer que ele **não** o foi.

Consideramos que educação é uma palavra que pode ser entendida em várias dimensões. Algumas delas se referem às ocupações citadas anteriormente. Ali o educador aparece em uma extensão limitada, específica. Ensinar uma disciplina específica (história, geografia, literatura, matemática, física etc.) não deixa de ser educação, mas, apenas uma fração dela. Saber cada uma dessas disciplinas, de *per si*, não é ter educação no sentido pleno que esta expressão pode ter, tem, e deve ter.

Entendemos educação como formação **global** (Alceu diria **integral**), do indivíduo. Aquela que lhe dá mais do que conhecimento científico, filosófico, literário (o que é específico, justamente, do sistema escolar), mais do que costumamos chamar de informação; educação é aquela que possibilita, além do conhecer, vivenciar, incorporar **valores**, morais, estéticos, religiosos.

Há uma “fórmula”, no próprio Alceu A. Lima, que talvez simplifique o que queremos dizer:

*“[...] O caminho da educação no homem é precisamente a passagem do indivíduo à **pessoa** [...]” (Lima, A. A. 1947, p. 67, destaque nosso)*

que podemos reforçar com as duas passagens seguintes:

o “[...] principal objetivo (da educação) ... é tirar do ser humano todas as suas virtualidades, passando de mero animal intuitivo a personalidade racional e criadora [...]” (em “Nem toda educação educa”, Folha de S. Paulo, 21/06/1970).

“[...] Personalismo é o oposto do individualismo [...]. O homem é tanto mais homem, quanto mais personalidade tem. O personalismo é uma expressão da sua elevação pessoal [...]” (Lima, A. A., 1947, p. 67)

Registre-se, antes de mais nada, que Alceu assimilou esta noção de pessoa de Jacques Maritain, que por sua vez a buscou em Santo Tomás de Aquino, sendo que os três a encontram na raiz profunda no cristianismo.

Para esses pensadores católicos, foi a religião cristã que trouxe à cultura ocidental a noção de pessoa, ao mostrar que cada componente de um grupo social, cada indivíduo de uma sociedade, não é um átomo equivalente aos demais átomos; ou em outra imagem, uma unidade equivalente a qualquer outra semelhante, dentro de um agrupamento, indiferenciada, como poderíamos considerar uma rês dentro de uma manada.

Como nos mostra Alceu, citando Jacques Maritain:

“[...] O mundo moderno confunde apenas duas coisas que a sabedoria antiga tinha distinguido: confunde individualidade e personalidade. Quem nos diz a filosofia cristã? Diz-nos que a pessoa é ‘uma substância individual completa, de natureza intelectual e senhora de suas ações’, é sui juris, autônoma no sentido autêntico da palavra. Assim, o nome de pessoa é reservado às substâncias que possuem essa coisa divina, o espírito, e que por isso constituem cada qual, um mundo superior a toda a ordem dos corpos, um mundo espiritual e moral que, a bem dizer, não é parte deste universo... O nome de indivíduo, ao contrário, é comum ao homem e ao animal, à planta, ao micróbio, ao átomo. E ao passo que a personalidade repousa sobre a substância da alma humana... a individualidade se funda, como tal, nas exigências próprias à matéria, princípio de individuação... Como indivíduos, somos apenas um fragmento de matéria... cujas leis sofremos. Como indivíduos, somos sujeitos aos astros. Como pessoas, dominamo-los. O individualismo moderno é um equívoco, um quiproquó: a exaltação da individualidade fantasiada de personalidade... A cidade cristã é tão fundamentalmente anti-individualista como fundamentalmente personalista”. (apud Lima, A. A., 1956, pp. 19-20, nota 15).

Percebemos, aqui, o modo como a concepção de homem para Alceu só faz sentido

quando engloba a ideia de uma alma imortal, criada por Deus.

Por isso, escreveu Alceu, em seu Introdução à Economia Moderna

“O antropocentrismo (de que voltaremos a tratar no capítulo final, sob o nome de individuologia), evolução lógica do humanismo do Renascimento, isto é, aquela teoria que coloca o indivíduo no centro do universo e que explica o individualismo religioso de Lutero como o subjetivismo filosófico de Descartes, que explica o cepticismo relativista de Hume, como o sarcasmo racionalista de Voltaire, - ia criar o ambiente psicológico de onde iam nascer os dois grandes sistemas econômicos cujas coincidências e dissidências há um século que formam a estrutura de toda a história do universo. De modo que podemos falar no individualismo socialista, como falamos do individualismo capitalista. Para ambos, o que conta é o indivíduo, não a pessoa. Isto é, o que ambos vêem no homem é o animal aperfeiçoado, o último elo em perfeição da cadeia evolucionista dos seres biológicos. A diferença está apenas nos meios empregados para se alcançar a satisfação integral do dinamismo individualista: ao passo que o capitalismo vê esse meio no princípio da seleção natural, como Darwin o exprimira na formação das espécies vegetais e naturais, - o socialismo o vê no princípio da solidariedade natural que faz dos homens todos uma só humanidade”. (in Lima, A.A., 1961, p. 175).

Aproveitemos a citação dessa obra para registrarmos que nela, especialmente na sua II parte - “O Medievalismo Econômico” -, e no capítulo III “A Economia Medieval”, Alceu analisa a influência do cristianismo na história da economia medieval durante a Idade Média. Procurando mostrar que novidades a religião cristã fazia à cultura pagã proveniente do Império Romano, ele destaca que a mensagem de Cristo propunha um novo espírito à sociedade de então:

“É esse novo espírito que o cristianismo comunicava à sociedade, - e que através das mais variadas vicissitudes é até hoje o espírito social do cristianismo, - esse novo espírito era justamente o sentido da personalidade. A sociedade pagã vivera e

se desenvolvesse baseada na subordinação completa do indivíduo à sociedade. O paganismo terminava pelo aniquilamento moral do ser humano”.

“O cristianismo começava, ao contrário, por uma completa restauração da personalidade. O indivíduo deixava de ser a medida de todas as coisas, como quisera o individualismo helênico. O Estado também deixava de ser a medida de todas as coisas, como quisera o imperialismo romano”. (op. cit., pp. 79-80; com exceção de “sentido da personalidade” os outros destaques são nossos).

Vê-se por aí, que na mesma medida em que Alceu vê no advento do cristianismo um **ganho** na concepção do homem, todo o processo de naturalização, ‘antropocentrização, de ‘imanentização’ da visão do homem implantado a partir do Renascimento, passando pela Ilustração, que marcará o “mundo moderno” só poderá ser visto como perda; daí a crítica ao “espírito moderno” cara a Alceu.

O capítulo IV, “A Economia Cristã, ao destacar mais uma vez a contribuição do cristianismo para o que ele denomina princípio de personalidade, mostra que este deve ser complementado pelo princípio da sociabilidade:

“Os princípios de personalidade e de sociabilidade, que vemos regerem os primórdios da formação cristã, são aqueles que até hoje lhe dão a chave de sua doutrina social. Nem o homem existe para a sociedade, nem a sociedade existe para o homem. Ambos existem para um fim que transcende toda finalidade natural. De modo que a sociedade é um meio para que o homem alcance a sua finalidade eterna e definitiva. E a esse meio precisa o homem sacrificar tudo o que tem, em si, de efêmero e de material, a fim de fazer servir esse meio ao que o mesmo homem tem, em si, de eterno e de espiritual. E a divisão, que a filosofia cristã estabelece entre indivíduo e pessoa, é de grande utilidade, como vemos, para compreendermos esse jogo de reciprocidade entre o princípio de personalidade e o princípio de sociabilidade que constituem os fundamentos de todo cristianismo social e econômico. (op. cit., pp. 108-109).

Para Alceu, então, formar a pessoa é formar o ser humano integral. É a proposta do “humanismo integral”, expressão adquirida em seu grande mentor filosófico, Jacques Maritain, cuja obra denominada, exatamente, **Humanismo Integral**, de 1936, foi um dos fatores que levou Alceu a rever suas posições de ordem política.

O humanismo integral desses autores pode ser visto como a expressão de uma “visão de mundo” católica, em que o ser humano é entendido como uma criatura de um Ser Supremo (Deus), portador não só de um corpo físico, material, mortal, mas de uma alma espiritual, imortal.

No que se refere a aspectos de caráter educacional, consequentes a essa visão de mundo, podemos destacar em Alceu o que ele denominava “lei da perfectibilidade”. Em vários momentos de sua obra encontramos essa ideia, aliás, um verdadeiro “leit-motiv”. Encontramo-la, por exemplo em um de seus últimos artigos:

“Vejo, na história da humanidade, e portanto das civilizações, três forças invisíveis e supremas, que devem dirigir nossos atos e a realização de nossas obras. As leis da perfectibilidade moral; da capilaridade social e da imprevisibilidade psicológica”.

“A lei da perfectibilidade é a própria lei intrínseca da natureza das coisas. Todos os seus criados tendem à perfeição do seu próprio ser. [...] Essa lei da perfectibilidade é uma lei natural tanto no plano material como no plano moral. [...]”. (in “Leis do verdadeiro progresso”, artigo publicado na Folha de São Paulo, em 3 de junho de 1983).

Se nos perguntarmos de onde Alceu retira essa “lei”, podemos encontrar uma resposta em um texto seu, de 1965:

[...] É o que nos ensina a observação mais objetiva dos fatos, no tempo e no fundo de nós mesmos, como é o que nos ensina a palavra do próprio Cristo: ‘sede perfeitos como é perfeito o vosso Pai celestial’ (Mat. 5, 48)”. (in Lima, A. A., 1965, p. 141).

Podemos ver uma aplicação dessa concepção de educação – formação da pessoa, do humanismo integral, da “lei da perfectibilidade” – nas reflexões que Alceu faz sobre a Universidade:

“[...] uma instituição cuja finalidade é a formação do homem completo. Essa função humanista é a própria razão de ser das Universidades e o motivo de sua importância num sistema de solução social e intelectual, para a crise do mundo moderno, tendo como centro a ‘eminente dignidade da pessoa humana’ e como norma o humanismo teocêntrico”. (in Lima A.A., 1962, p. 14).

É daí que, decorre, para nosso autor, a importância da formação de uma cultura geral no âmbito da Universidade.

“A cultura geral constitui a essência da educação universitária precisamente porque afasta o homem da tentação desse antropocentrismo inumano, a que o super-humanismo o convida. E, paradoxalmente, será essa cultura geral ministrada pela Universidade, quando fiel a sua natureza intrínseca, que salva o homem do perigo oposto ao super-humanismo: o do aniquilamento do homem como criatura autônoma e sua função na termiteira, como uma célula passiva de um monstruoso leviatã totalitário”.

“Essa cultura geral é que tem de dar ao homem consciência de sua três dimensões, no sentido de si próprio, no sentido do próximo e no sentido de Deus [...]. A cultura geral visa precisamente colocar o homem na sua posição natural, isto é, na sua triplíce dimensionalidade. [...]”. (op. cit., pp. 17-18).

Essa valorização da cultura geral não impede, pelo contrário, a valorização também e equivalentemente, da especialização, que é, aliás, uma das marcas de nossa época:

“Mas nunca é demais repetir que essa cultura geral, tão essencial ao espírito da Universidade, só pode alcançar seu objetivo se, por um lado, respeitar o espírito de especialização. Nenhuma cultura geral verdadeira é possível sem especialização. Infelizmente, o contrário não é exato. Pode haver especialização verdadeira, sem cultura geral. É mesmo um dos perigos da educação hodierna. O aumento dos conhecimentos - tanto em intensidade como em extensão - tem sido tão grande, desde o século passado, que o

homem moderno vive sempre ameaçado de duas tentações opostas: o Diletantismo e o Profissionalismo. O pecado do diletante é a superficialidade. É a semicultura, vazia de sentido e apoiada no verbalismo.

O pecado do profissionalismo é o encerramento no seu canto e a cegueira, em nome de uma falsa honestidade intelectual, para com as atividades e verdades vizinhas ou remotas. Nenhum desses caminhos se conciliam com o espírito universitário, que é, ao mesmo tempo, geral e particular. Leva à cultura geral pela especialização e ilumina a especialização pela cultura geral. Eis porque a unidade é tão fundamental na estrutura da Universidade. E essa unidade supõe a variedade. É uma unidade, unida à comunidade e à universalidade, que significam ordem e harmonia e dão forma orgânica ao complexo da formação intelectual como a alma dá Forma ao corpo. (op. cit., pp. 18-19).

É importante notar que Alceu está consciente da relação entre a cultura individual e a cultura social.

“[...] Somos um microcosmo, dizia Aristóteles. A pessoa humana é o que existe de mais perfeito na obra da criação, completa Santo Tomás de Aquino. O trabalho da cultura está precisamente em permitir que esse microcosmo encerre, quanto possível, o macrocosmo e que essa criatura imperfeita alcance o máximo de suas virtualidades. O objeto da cultura é pois a formação do homem em sua plenitude. Pois a cultura social é subsidiária da cultura intelectual, já que a sociedade existe para o homem e não o homem para a sociedade. Embora seja esta uma condição indispensável para a realização daquele. Não há cultura intelectual sadia sem cultura social organizada”. (in “A Cultura Brasileira e a Universidade”, publicada em Documenta, nº 21, vol. II, XII/1963, pp. 83-84; e também em forma de artigos no jornal Folha de São Paulo, no mês de dezembro de 1963).

Nos parágrafos anteriores vimos a ideia de cultura trabalhada por Alceu no contexto da vida

universitária. Aproveitemos o artigo “Na Encruzilhada”, publicado em 25 de março de 1983 na Folha de S. Paulo³³, para ver novamente essa ideia agora implicada em outro contexto, mais amplo. Acreditamos, com a apresentação desse artigo, ilustrar de um modo bem significativo a noção de Educação que colocamos no início deste artigo, a partir da qual, podemos realmente considerar Alceu A. Lima um educador, independentemente dos cargos que exerceu como professor universitário, reitor e conselheiro.

“Estabelece-se assim, na graduação de nossa vida cognitiva, a passagem da ignorância ao conhecimento, cujo conglomerado se opera pela aquisição de conhecimentos, que faz da Cultura um estado de conjunto sapiencial, que vai do instinto à inteligência, através da intuição, e desta à sabedoria, entendida como forma global de nossa vida cognoscitiva ou científica, que une os homens aos animais, na raiz de sua espécie, e à vida preternatural e sobrenatural, através das virtudes transcendentais, a fé, a esperança e o amor”.

“A isso podemos chamar de cultura integral. E é nesse sentido que costume dizer que a cultura não é o que aprendemos pelo estudo ou pela experiência da vida (a isso podemos chamar de ilustração) e sim aquilo que esquecemos e permanece em nós como parte integrante de nossa personalidade, em forma de hábitos em nossa natureza. [...] (in “Na Encruzilhada”, Folha de São Paulo, 25/03/83).

Esse texto é, aliás, um belo exemplo de como em três meias-colunas de jornal, 8 parágrafos, Alceu conseguia introduzir várias questões profundas, originais e surpreendentes e, ainda, apresentando a um público de final do século XX, as ideias de Sto. Tomás de Aquino, um dos grandes filósofos do século XIII. Como já vimos nos trechos acima citados, Alceu traz ao leitor conceitos como inteligência, intuição, sabedoria, cultura. E os apresenta de modo inusitado, como quando, por exemplo escreve:

“[...] A instituição é a passagem do instinto à inteligência. O instinto é a inteligência da animalidade, enquanto a intuição é o instinto da inteligência. [...] (texto citado).

E daí tira esta consequência

“[...] Por isso mesmo, não há uma radical ruptura entre os planos da natureza, a não ser quando aparece, na espécie humana, o laço de união que o exercício da razão exerce sobre o instinto animal para transformá-lo em intuição humana. [...] (texto citado).

Vemos aí, ao que nos parece, a influência de Teilhard de Chardin, como também existiria neste outro trecho do mesmo artigo, ao comentar a ideia do evolucionismo.

“[...] Temos a evolução natural das criaturas, que opera a transição da vida mineral à vegetal e desta à vida animal. E nesse último plano transforma os animais de constituição elementar e ambígua, onde mal se distingue um plano do outro, até os animais superiores, em que os traços humanos se vão crescentemente delineando até se fixarem na espécie racional a que pertence a humanidade. Não há descontinuidade radical na natureza, nem no sentido ontológico da constituição cada vez mais complexa dos seres em sua condição física ou psíquica, nem no sentido social da sua condição grupal ao longo da História [...]. (texto citado).

E dessa explícita, em nosso modo de entender, adesão ao evolucionismo, Alceu tira outra consequência, talvez para muitos, mais surpreendente ainda:

“[...] Esse continuismo nos leva a concluir logicamente pela continuidade entre as naturezas de base física e as base puramente espiritual, que faz das religiões uma seqüência natural e lógica [sic], a partir da filosofia, como esta a partir das sensações físicas ou experimentais. E daí, também, pela mesma continuidade entre natureza e sobrenaturalidade, somos forçados a concluir, como já o haviam feito os filósofos pagãos, pela existência de seres supersensíveis e de uma vida sobrenatural, como o sustenta qualquer tipo de concepção religiosa”. (texto citado).

Chamemos a atenção para o detalhe de que, em um parágrafo de artigo de jornal, Alceu

coloca um dos problemas candentes da educação - aqui no próprio plano escolar - que é o da teoria da evolução e sua possível incompatibilidade com algumas doutrinas religiosas. Em nosso país, talvez de forma análoga ao problema da existência de um racismo oculto com relação ao negro, a questão do evolucionismo não aparece de modo crítico como sucede nos Estados Unidos em que a luta entre fundamentalistas e defensores do ensino da teoria da evolução nas escolas existe há décadas.

Sobre isto, vale anotar o que Alceu apontou no prefácio ao livro de F. M. Bergounioux, citando Santo Tomás de Aquino:

“[...] Quanto à origem do mundo, há uma verdade que pertence à própria substância da fé é que o mundo deve o seu início a Deus pela criação. Todos os padres da Igreja são unânimes nesse ponto. O modo, porém, e a ordem da produção do mundo só pertencem à Fé por contingência, já que essa produção é descrita na Escritura, mas os padres, interpretando de modo diferente a verdade dessa narrativa, têm exprimido opiniões divergentes”. (Bergounioux, F. M., 1964, p. 10).

Alceu também citou esse texto em artigo publicado no *Jornal do Brasil*, *Diário de Notícias do Rio de Janeiro* e na *Folha de São Paulo*, entre março e maio de 1963. Mas o que não podemos deixar de registrar é que Alceu já o havia divulgado em 1928, em **O Jornal** (e depois recolhido em seus **Estudos**). E acrescentemos que ele citara Teilhard de Chardin nesse artigo, como também o fez em um de seus concursos nos anos 30!

Mas voltemos àquele artigo da **Folha de São Paulo**, de 25 de março de 1983. Vimos que nele Alceu tratou de inteligência, evolucionismo, cultura e, a partir de sua maneira de encarar esta última, ele também derivará consequências sobre a relação entre elites e massas:

“[...] a sabedoria, inata ou adquirida, é que faz a união essencial entre a cultura mais elevada e a ignorância mais inculta. Daí o laço essencial e a possibilidade de interpenetração, na sociedade, entre elites e massas. A sabedoria dos simples de espírito e deficientes de saber adquirido é que faz, por exemplo, dos analfabetos, criaturas freqüentemente mais próximas dos homens verdadeiramente cultos, do

que daqueles cuja meia-cultura é mais perniciosa do que a ignorância pura e simples. Em todos esses planos do saber e da vivência, a intuição, como perfeição do instinto, representa um papel absolutamente capital, não só na vida especulativa como na vida prática [...]”. (texto citado).

E vejamos em que essa argumentação chega!

“[...] Até mesmo nos regimes políticos. Pois a base filosófica e moral da democracia, por exemplo, é a cultura e a liberdade aplicadas à vida comunitária, que por sua vez representa justamente a importância capital dos valores elementares do instinto e da intuição na vida individual e coletiva [...]”.

“[...] Quanto vemos, pois, as forças intelectuais e as forças espirituais intervindo cada vez mais, ora nas raízes (como devem intervir) ora na própria constituição dos regimes políticos (para elevar as massas à condição de Povo, para que este possa legitimamente assumir o Poder), devemos levar sempre em conta esse conhecimento dos elementos básicos da Cultura, intelectual ou religiosa, como dados fundamentais da vida política”. (texto citado).

Muito bem. O artigo começou pela reflexão sobre o evolucionismo, passou pelas noções de instinto, inteligência, cultura, tirou implicações disso na esfera da relação entre massas e elites, desembocou na ideia de democracia e ... terminou? Não! Na verdade, aonde Alceu queria chegar - digamos, o verdadeiro motivo do artigo - era

“Com tudo isso, o que desejamos acentuar pragmaticamente, em nosso momento atual, é o perigo do desrespeito às conclusões sociais e éticas das nossas recentes eleições, que ameaçam destruir na prática, as conclusões da vitória de um mutancismo [sic] autêntico sobre o continuísmo conformista. Assim como ameaçam inutilizar o fruto moral que podemos tirar da humilhação internacional a que fomos arrastados por um regime arbitrário e oligárquico”.

“Quando acentuamos a importância da virtude da prudência em nossa vida prática neste momento histórico o que queremos lembrar é o caráter global da prática das virtudes sociais, numa era de aspiração à mudança de costumes e de instituições com que o povo brasileiro respondeu às perguntas formuladas, consciente e subconscientemente, pelas eleições de novembro. A resposta do povo foi inequívoca, mas as confusões começam a nos levar a um estado perigoso de perplexidade coletiva. Basta ver a tentativa de discriminação, pelo atual Poder Executivo, entre governadores eleitos pelo partido oficial e os eleitos pela Oposição. Se a futura Assembléia Constituinte, por exemplo, não for eleita por uma consulta especial ao povo brasileiro, o resultado poderá ser um novo regime de falsidade política e de uma legitimação do autoritarismo por uma falsa aprovação jurídica. [...]” (texto citado, destaque nosso).

Esse artigo é um exemplo da “educação amorosiana”, ou seja, de Educação no seu sentido pleno. Temos aí uma bela ilustração do que chamaríamos visão global de um problema, unindo o que, à primeira vista, parecia não ter relação nenhuma: eleições e evolucionismo!

Uma verdadeira - e completa - aula de educação para a cidadania.

Portanto, mesmo quando Alceu não ocupa sua cátedra, ou uma reitoria ou exerce sua ação no Conselho de Educação, quando ele “apenas” escreve seus artigos ele é um educador, e, em nosso ponto de vista, exerce a Educação no seu sentido mais completo.

Terminamos, ousando dizer: ler os artigos de jornal de Alceu A. Lima é educar-se.

Referências Bibliográficas

BERGOUNIOUX, F. M. Origem e destino da vida. Trad. de Caio Alves de Toledo. Introd. de Alceu Amoroso Lima, da ABL. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

BIROLO, Sílvio Bez. Evolução do pensamento político-social de Alceu de Amoroso Lima. 1990. Dissertação (Mestrado em Filosofia). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1990.

CAUVILLA, W. Alceu Amoroso Lima e a democracia: em busca de proporção. 2000. Tese (Doutorado em Educação). São Paulo: Faculdade de Educação da USP, 2000.

CURY, Carlos Jamil. Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais. São Paulo: Cortez e Moraes, 1978.

CURY, Carlos Jamil. Alceu Amoroso Lima. Coleção Educadores. Ministério da Educação. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

DEWEY, John. Logic: the theory of inquiry. New York: H. Holt and Company, 1938.

LIMA, A. A. Indicações políticas: da revolução à constituição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936.

LIMA, A. A. O problema do trabalho: ensaio de filosofia econômica. Rio de Janeiro: Agir, 1947.

LIMA, A. A. Política. 4ª edição revista e anotada. Rio de Janeiro: Agir, 1956.

LIMA, A.A. Introdução à economia moderna. 3ª edição. Rio de Janeiro: Agir, 1961.

LIMA A.A. O espírito universitário. 2ª edição. Rio de Janeiro: Agir, 1962.

LIMA, A. A. Pelo humanismo ameaçado. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.

MORAIS, Regis de. História e pensamento na educação brasileira (contribuição de Tristão de Athayde). Campinas: Papirus, 1985.

MOREIRA, Fernando Soares. Identidade e evolução em Alceu Amoroso Lima: um estudo de “Política” comparado a escritos posteriores. 1980. Dissertação (Mestrado em Educação). Rio de Janeiro: PUC-RJ, 1980.

SCHWARTZMAN, S; BOUSQUET BOMENY, H. M.; RIBEIRO COSTA, V. M. Tempos de Capanema. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Edusp, 1984.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Alceu Amoroso Lima. In: Revista Educadores Brasileiros. São Paulo: Editora Segmento, 2011.

Artigos em jornal de Alceu A. Lima:

“Nem toda educação educa”, Folha de S. Paulo, 21/06/1970

“A Cultura Brasileira e a Universidade”, Folha de São Paulo, dezembro de 1963

“Leis do verdadeiro progresso”, Folha de São Paulo, 3/6/1983

“Na Encruzilhada”, Folha de São Paulo, 25/03/83

Notas

- 1 Para saber mais sobre o posicionamento político de Alceu, remetemos o leitor à nossa tese de doutorado CAUVILLA, W. Alceu Amoroso Lima e a democracia: em busca de proporção. 2000. Tese (Doutorado em Educação). São Paulo: Faculdade de Educação da USP, 2000. Este artigo foi adaptado do quarto capítulo.
- 2 Ver, por exemplo: Birolo, Silvio Bez, 1990. Cury, Carlos Jamil, 1978; Moraes, Regis de, 1985; Moreira, Fernando Soares, 1980 e, mais recentemente, Cury, Carlos Jamil, 2010; Severino, Antonio Joaquim, 2011.
- 3 Publicado, também, em “Tudo é mistério”, Petrópolis: Vozes, 1983, p. 152-156. Publicação póstuma.

Sobre o autor:

Waldir Cauvilla, Faculdade de Educação da USP

